Language Buddy

Apoiar a aprendizagem da língua de crianças e jovens migrantes através de parceiros linguísticos.

D4.3. Relatório de Recomendações Políticas

Ficha do Entregável	
N.º de referência do projeto	101141117
Título do documento	D4.3. Relatório de Recomendações Políticas
Pacote de Trabalho relevante:	WP4_Pilotagem do sistema «Language Buddy» nas IES
Natureza:	
Nível de divulgação:	
Versão do documento:	Final
Data:	07/10/2026
Autores:	Todos os parceiros
Descrição do documento:	O presente relatório apresenta as recomendações políticas decorrentes do piloto Language Buddy, descrevendo as lições aprendidas e as ações necessárias para integrar a mentoria linguística assente na relação nos quadros de integração nacionais e da UE.

Número do projeto: 101141117

Nome do projeto: Supporting language learning of migrant children and young adults through language buddies

Acrónimo do projeto: Language Buddy

Convite: AMIF-2023-TF2-AG-CALL

Tópico: AMIF-2023-TF2-AG-CALL-03-EDUCATION - Support to integration in education of migrant children and young adults

Tipo de ação: AMIF

Autoridade concedente: Comissão Europeia

Serviço: HOME/E/04

Data de início - fim do projeto: 1/3/2024 - 31/08/2026

Duração do projeto: 30 meses

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

Índice

1. **Introdução e Metodologia** 1
2. **O Desafio Comum: Migração, Educação e Língua** 5
   - 2.1. **Tendências Transnacionais de Migração e de Refugiados** 5
   - 2.2. **Lacunas Comuns nos Sistemas Educativos Nacionais** 7
3. **O Modelo Language Buddy nos Vários Países** 10
   - 3.1. **Modelo Nuclear e Elementos Comuns de Conceção** 10
   - 1.1. **Adaptações Nacionais e Síntese dos Dados dos Pilotos** 11
   - 1.2. **Evidências Transversais de Impacto** 13
2. **Lições Aprendidas e Fatores Facilitadores** 16
3. **Recomendações Políticas Gerais** 20
   - 3.1. **Partes Interessadas Visadas** 20
   - 3.2. **Recomendações para os Governos Nacionais** 20
   - 3.3. **Recomendações para as Autoridades Regionais e Locais** 21
   - 3.4. **Recomendações para as Instituições de Ensino** 21
   - 3.5. **Recomendações para a Sociedade Civil e as Entidades Executoras** 21
   - 3.6. **Recomendações para os Financiadores** 23
   - 3.7. **Recomendações Transversais** 23
4. **Conclusões** 25

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

1. Introdução e Metodologia

O presente relatório consolida as conclusões nacionais sobre a implementação e as políticas relativas ao Modelo Language Buddy em oito países europeus: Malta, Áustria, Bulgária, Grécia, Itália, Portugal, Espanha e Roménia. O Modelo Language Buddy é um programa-piloto financiado pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (AMIF; projeto n.º 101141117), implementado entre o final de 2025 e meados de 2026, que testa a mentoria linguística assente na relação como complemento da oferta formal de ensino da língua destinada a crianças e jovens migrantes.

O objetivo desta consolidação é sintetizar as evidências, as experiências de implementação e as recomendações políticas dos pilotos nacionais numa análise transversal única, que possa orientar a futura conceção de programas, a cooperação institucional e o desenvolvimento de políticas, tanto a nível nacional como da UE. O presente documento destila as lições comuns, os desafios partilhados e as boas práticas transferíveis que emergem quando o modelo é adaptado a diferentes contextos nacionais. Responde a três necessidades: proporcionar uma base de evidências transversal para o diálogo político ao nível da UE sobre integração, educação e aprendizagem de línguas; apoiar as partes interessadas nacionais e locais que pretendam aprender com implementações realizadas fora do seu próprio país; e criar um ponto de referência único para a futura conceção de programas, assegurando que as lições aprendidas nos oito pilotos não se perdem quando terminam os ciclos dos projetos individuais.

A questão política central abordada é a seguinte: de que forma pode a mentoria linguística estruturada e assente na relação ser integrada nas arquiteturas nacionais de integração e de educação existentes, enquanto medida complementar que reforça a aprendizagem formal da língua, apoia a participação social e promove o sentimento de pertença de crianças e jovens migrantes? Esta questão decorre de uma conclusão recorrente em todos os pilotos nacionais: a oferta formal de ensino da língua, embora essencial, não responde plenamente às dimensões informais, relacionais e de reforço da confiança inerentes à aquisição da língua e à integração social. O Modelo Language Buddy atua no espaço entre o ensino formal e a participação no quotidiano, proporcionando oportunidades repetidas e de baixa pressão para utilizar a língua do país de acolhimento em situações reais e significativas, no âmbito de uma relação de mentoria de confiança.

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

O Modelo Language Buddy é um programa de mentoria estruturado e não formal que emparelha voluntários com formação —sobretudo estudantes do ensino superior e voluntários da comunidade— com crianças e jovens migrantes, com idades entre os 12 e os 17 anos, para a prática regular da língua, em formato individual e em grupo, e para o apoio à integração sociocultural. O modelo assenta num emparelhamento personalizado, na formação inicial dos mentores, na coordenação e supervisão contínuas e na combinação de sessões individuais de mentoria com atividades de grupo complementares. O papel dos mentores consiste em proporcionar prática consistente, incentivo, orientação e ligação social, existindo circuitos de encaminhamento claros sempre que seja necessário apoio especializado. O modelo dá ênfase à aprendizagem recíproca, ao intercâmbio intercultural e ao desenvolvimento gradual da confiança, posicionando a língua como instrumento de participação e de pertença, e não apenas como uma matéria a estudar.

A consolidação baseia-se nos relatórios nacionais de implementação e de políticas elaborados por cada país-piloto, bem como nos dados de avaliação interna e na documentação do projeto referidos nesses relatórios. Estas fontes incluem dados quantitativos sobre participação, permanência, realização de sessões e respostas às avaliações, bem como conclusões qualitativas decorrentes do feedback de mentores e mentorandos, das observações dos coordenadores e das respostas às avaliações. O quadro comparativo utilizado para a consolidação organiza-se em torno de quatro dimensões: o contexto, que abrange as tendências migratórias e de refugiados, os sistemas educativos nacionais e as políticas existentes; a implementação do modelo, incluindo as estruturas de coordenação, os processos de emparelhamento, os formatos de realização, a frequência e a duração das sessões e as atividades de grupo; as evidências de impacto, abrangendo a satisfação, o desenvolvimento linguístico percecionado, a qualidade da relação, os resultados pessoais e sociais e a cooperação entre partes interessadas; e as lições em matéria de políticas e de implementação, incluindo boas práticas, aspetos a melhorar e recomendações dirigidas a diferentes grupos de partes interessadas. Este quadro foi aplicado de forma coerente aos relatórios nacionais, permitindo à consolidação identificar tanto padrões recorrentes como exceções relevantes.

Na leitura desta consolidação, devem ter-se em conta várias limitações. Os pilotos diferiram substancialmente em dimensão, duração e perfis dos participantes, pelo que uma conclusão obtida num piloto com 21 pares não pode ser considerada equivalente, em peso, a uma

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

conclusão obtida num piloto com 76 pares. Os métodos de avaliação não foram totalmente harmonizados entre países: embora a maioria dos pilotos tenha recolhido avaliações pós-sessão e finais junto de mentores e mentorandos, as perguntas específicas, as escalas de resposta e o calendário da recolha de dados variaram, e alguns pilotos adaptaram os respetivos processos de monitorização durante a implementação. Além disso, os pilotos não incluíram avaliações padronizadas da proficiência linguística antes e depois da intervenção, o que significa que os resultados linguísticos reportados refletem as perceções dos participantes e o progresso autorreportado, e não ganhos de aprendizagem medidos de forma independente. As taxas de resposta também variaram entre pilotos e grupos de partes interessadas, e certos grupos estiveram, por vezes, sub-representados nos dados finais. Os pilotos decorreram em calendários diferentes e foram afetados por circunstâncias externas distintas, incluindo calendários escolares, processos administrativos e a disponibilidade de mentores e mentorandos. Alguns pilotos tiveram calendários comprimidos, emparelhamentos tardios ou conflitos de horários que afetaram a implementação e poderão ter influenciado os resultados. Por último, a consolidação tem como fonte principal os relatórios nacionais; embora estes relatórios sejam detalhados e baseados em evidências, refletem as perspetivas e as prioridades dos respetivos autores. A consolidação não verifica de forma independente os dados subjacentes, mas compara as conclusões entre países e assinala os casos em que as afirmações são sustentadas por múltiplas fontes ou assentam em evidências mais limitadas. Quando os dados nacionais não são diretamente comparáveis, a consolidação apresenta as conclusões tal como constam dos relatórios nacionais e assinala as limitações; não procura agregar os dados quantitativos em estatísticas globais, uma vez que as diferenças na conceção dos pilotos, nos perfis dos participantes e nos métodos de avaliação tornariam essa agregação enganadora.

Nos oito pilotos nacionais, a satisfação e o impacto percecionado foram consistentemente elevados. Mentorandos e mentores reportaram níveis de satisfação muito elevados, relações sólidas entre mentor e mentorando e uma disponibilidade quase unânime para recomendar o programa. Os mentorandos reportaram de forma consistente melhorias na confiança linguística, nas competências de expressão e compreensão oral, na ligação social e na autonomia, enquanto os mentores reportaram um desenvolvimento pessoal e profissional significativo ao nível da comunicação, da empatia, da paciência e da competência intercultural. A permanência e a continuidade revelaram-se os principais desafios operacionais, estando as desistências associadas a compromissos laborais ou académicos, a emparelhamentos

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

inadequados, à indisponibilidade dos mentores e a circunstâncias pessoais. A coordenação revelou-se um pilar estrutural do sucesso, e não um encargo administrativo, tendo sido consistentemente bem avaliada por mentores e mentorandos. O emparelhamento teve de ir além da disponibilidade e do nível linguístico, tendo em conta a personalidade, os interesses comuns, o estilo de comunicação, as expectativas e as circunstâncias individuais. Os formatos de realização flexíveis e as atividades de grupo reforçaram os resultados, embora a interação presencial se tenha mantido insubstituível para a construção de confiança e de proximidade. O reconhecimento formal e a ancoragem institucional foram identificados como necessários à sustentabilidade, uma vez que os ciclos de financiamento de curto prazo, baseados em projetos, se revelaram insuficientes para integrar a mentoria nos sistemas nacionais de integração e de educação.

As principais recomendações políticas gerais são as seguintes. A mentoria linguística estruturada entre pares deve ser integrada nos quadros nacionais de integração e de educação enquanto medida complementar da oferta formal de ensino da língua, com circuitos de encaminhamento claros e reconhecimento nas políticas nacionais de acolhimento e de apoio linguístico. A coordenação profissional deve ser financiada como custo essencial do programa, numa base plurianual, abrangendo o emparelhamento, a supervisão, a salvaguarda, o reemparelhamento, a monitorização, a comunicação com as famílias e as escolas e a gestão de parcerias. Devem ser assegurados uma duração suficiente dos programas e formatos de realização flexíveis, combinando sessões online e presenciais, mentoria individual e atividades de grupo, e apoio individualizado e eventos interculturais de base comunitária. A formação e a participação dos mentores devem ser institucionalizadas através de mecanismos de reconhecimento formal, como créditos ECTS, microcredenciais, reconhecimento no âmbito da aprendizagem-serviço ou certificados de voluntariado, estabelecendo-se, em parceria com as universidades, ciclos regulares de recrutamento e formação de mentores. Devem ser implementadas formação inicial estruturada, supervisão contínua e redes de aprendizagem entre pares para os mentores, abrangendo a comunicação adaptativa, a competência intercultural, a salvaguarda, os limites e os procedimentos de encaminhamento, com orientações claras de que os mentores não substituem professores nem profissionais especializados. Por último, deve ser introduzido um quadro comum de monitorização e avaliação que combine dados de participação, o feedback de mentores e mentorandos, evidências qualitativas e, sempre que possível, indicadores objetivos do desenvolvimento

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

linguístico, a fim de avaliar o impacto duradouro na utilização da língua, no envolvimento na educação e no emprego, na ligação social e no sentimento de pertença.

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

2. O Desafio Comum: Migração, Educação e Língua

2.1. Tendências Transnacionais de Migração e de Refugiados

Nos oito países-piloto, a migração tornou-se uma realidade estrutural e demográfica, e não um fenómeno temporário ou excecional. Embora a dimensão, a composição e o estatuto jurídico das populações migrantes variem consideravelmente, emergem dos contextos nacionais vários padrões comuns.

A migração é atualmente o principal fator de crescimento e de diversificação da população. Malta registou uma população de 588 254 habitantes no final de 2025, com uma migração líquida de 13 906 pessoas, representando os cidadãos de países terceiros 78,1% dos migrantes líquidos. A Áustria contabilizava 1,88 milhões de cidadãos estrangeiros no início de 2026, ou seja, 20,4% da população, sendo 22,9% nascidos no estrangeiro; em Viena, os cidadãos não austríacos atingiram 36,8%. Espanha aproximou-se dos 10 milhões de residentes nascidos no estrangeiro, cerca de um em cada cinco dos seus quase 49,6 milhões de habitantes. Em Portugal, a população estrangeira residente passou de 992 837 no final de 2022 para 1 585 854 no final de 2025, embora a taxa de crescimento anual tenha abrandado de 31,4% em 2023 para 2,7% em 2025. Mesmo países tradicionalmente caracterizados pela emigração ou pelo trânsito —a Bulgária e a Roménia— se estão a tornar cada vez mais países de destino: a Bulgária contava aproximadamente 246 600 residentes nascidos no estrangeiro (3,8% da população) em janeiro de 2025, enquanto a Roménia acolhia, em julho de 2026, 219 355 cidadãos de países terceiros deslocados da Ucrânia ao abrigo da proteção temporária.

As populações migrantes abrangidas pelos pilotos Language Buddy eram muito diversas. Na Grécia, os mentorandos eram oriundos de onze países, sobretudo de África e da Ásia Ocidental, e falavam nove línguas maternas, sendo o árabe a mais comum; mais de metade encontrava-se no país há menos de seis meses. Os mentorandos da Áustria provinham de sete países e representavam dez línguas maternas. O grupo de Itália distinguia-se por incluir uma elevada proporção (62,5%) de mentorandos residentes há mais de dois anos e um predomínio de participantes falantes de chinês (58,3%), a par de alunos peruanos, ucranianos, egípcios, paquistaneses e afegãos. Os mentorandos de Portugal eram, na sua maioria, adolescentes de São Tomé e Príncipe e falantes de forro. Os mentorandos da Roménia eram predominantemente adolescentes falantes de ucraniano, quase todos residentes na Roménia

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

há mais de dois anos. Os participantes de Espanha eram oriundos sobretudo de Marrocos, da Gâmbia, da Argélia e do Senegal, contando-se o árabe, o mandinga, o wolof e o amazigue entre as suas línguas maternas.

Os pilotos trabalharam com crianças e jovens em diferentes fases de instalação e com diferentes estatutos jurídicos. Alguns países centraram-se em refugiados e requerentes de asilo recém-chegados, muitas vezes a viver em estruturas de acolhimento ou que as tinham deixado recentemente —sendo a Grécia o exemplo mais claro, onde o programa chegou a jovens na fase mais precoce e mais vulnerável da instalação. Outros trabalharam predominantemente com comunidades migrantes já estabelecidas ou com beneficiários de proteção temporária, como em Portugal, na Roménia e em Itália. Em Malta, os atrasos na documentação e nos processos administrativos deixaram, por vezes, crianças migrantes impossibilitadas de se matricularem na escola ou de acederem ao polo de acolhimento escolar (induction hub) durante longos períodos. Em Espanha, um número considerável de pessoas vivia sem situação regularizada, embora se previsse que uma medida extraordinária de regularização anunciada pelo Governo abrangesse cerca de 400 000 pessoas entre abril e junho de 2026. Estas diferenças moldaram tanto as necessidades dos mentorandos como o contexto operacional em que os pilotos decorreram.

Uma conclusão transversal é a de que as necessidades linguísticas não desaparecem após os primeiros meses ou anos no país de acolhimento. Na Áustria, mesmo os mentorandos que se encontravam no país há um período considerável continuavam a enfrentar dificuldades no alemão oral espontâneo, na confiança em situações de conversação, na compreensão de discurso rápido e no vocabulário para situações do quotidiano. Na Roménia, quase todos os mentorandos viviam no país há mais de dois anos, mas continuavam a necessitar de apoio na prática do romeno, na ligação social e na compreensão intercultural. Em Itália, a maioria dos mentorandos residia no país há mais de dois anos. Este facto põe em causa o pressuposto de que as necessidades de integração se limitam à fase de acolhimento e sublinha a necessidade de mecanismos de apoio a médio e longo prazo.

Apesar da diversidade de contextos, os obstáculos enfrentados pelas crianças e jovens migrantes foram notavelmente semelhantes. As barreiras linguísticas não eram apenas gramaticais; os aprendentes hesitavam frequentemente em falar devido às oportunidades limitadas de prática informal, à incerteza quanto às convenções sociais e ao receio de serem

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

julgados negativamente. Em Espanha, o relatório nacional descreve a «ansiedade linguística» e o «choque linguístico» como incertezas paralisantes que aprisionam os aprendentes num ciclo prejudicial: as lacunas iniciais de proficiência reduzem as oportunidades de prática e de participação, o que, por sua vez, torna a fluência mais difícil de alcançar. Na Grécia, foi assinalado que o stress e o trauma afetavam a concentração e aumentavam o risco de abandono. Em Malta, a instabilidade no contexto familiar, o stress associado à mudança para outro país e as dificuldades em fazer novos amigos e em compreender a língua do país de acolhimento foram identificados como fatores suscetíveis de inibir a aprendizagem e de levar as crianças a sentirem-se perdidas na escola. Estes elementos comuns constituem a base empírica para uma resposta política partilhada. Embora a dimensão e a composição da migração difiram entre países, o desafio subjacente —como apoiar crianças e jovens migrantes na passagem do conhecimento formal da língua para a sua utilização confiante no quotidiano e para uma participação social significativa— é notavelmente coerente.

2.2. Lacunas Comuns nos Sistemas Educativos Nacionais

Os oito países-piloto dispõem de quadros jurídicos e políticos que garantem o acesso das crianças migrantes à educação e que preveem alguma forma de apoio linguístico adicional. Contudo, os relatórios nacionais revelam, de forma consistente, um desfasamento entre o direito formal e a participação efetiva.

A oferta formal chega apenas a uma minoria de quem dela necessita. Em Portugal, apenas 19,1% dos alunos estrangeiros do ensino básico cuja língua materna não é o português (10 638 em 55 827) frequentaram Português Língua Não Materna (PLNM) em 2023/24, e apenas 13,8% no ensino secundário. As taxas de retenção dos alunos estrangeiros foram três a cinco vezes superiores às dos alunos portugueses, atingindo 29% no ensino secundário, face a 8,3%, e mais de 80% dos alunos estrangeiros não realizaram as provas nacionais do 9.º ano de Português e de Matemática, o que limita a monitorização do seu progresso. Na Grécia, os professores referiram um acesso limitado a uma oferta especializada de grego como língua segunda, uma formação insuficiente em pedagogia intercultural e a escassez de mediadores culturais. Muitas escolas encontravam-se sobrecarregadas. Na Bulgária, as avaliações existentes continuaram a identificar lacunas no apoio especializado, na capacidade institucional e na coerência da abordagem nacional à inclusão de crianças refugiadas, sobretudo para além da fase inicial de matrícula. Em Itália, o número de alunos sem cidadania italiana atingiu cerca de 869 000–931

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

000 em 2023/24, ou seja, cerca de 11,6% do total de alunos matriculados; contudo, a oferta continuava concentrada nas zonas urbanas e dependia da liderança de cada escola.

O apoio concentra-se frequentemente na fase de acolhimento e não responde às necessidades de mais longo prazo. Em vários países, o apoio linguístico foi concebido sobretudo para alunos recém-chegados e não estava sistematicamente disponível para quem residia há mais tempo, mas continuava a ter dificuldades com a linguagem académica, a comunicação em contexto social ou a participação na vida escolar. Em Itália, a oferta pós-obrigatória —Sixth Form, Formação Profissional e outras modalidades de ensino não obrigatório— situava-se fora do quadro de integração linguística, criando uma lacuna substancial para os jovens migrantes que tinham concluído a escolaridade obrigatória ou que nunca nela tinham ingressado. Os Centros de Educação de Adultos não tinham assumido um papel claramente definido ou proativo no ensino da língua a migrantes. Em Espanha, existiam programas de integração linguística no ensino primário e secundário obrigatório, mas confinados a essa etapa. Na Roménia, a oferta formal não respondia a todas as dimensões identificadas no piloto, incluindo a necessidade de oportunidades de baixa pressão para falar romeno, estabelecer relações com pares romenos e desenvolver confiança na interação quotidiana.

As barreiras administrativas e de acesso atrasam ou impedem a participação. Em Malta, os atrasos na documentação e noutros processos administrativos deixaram, por vezes, crianças migrantes impossibilitadas de se matricularem na escola ou de acederem ao polo de acolhimento escolar (induction hub) durante longos períodos. Na Grécia, apesar de existir um direito legal à educação independentemente do estatuto jurídico, o acesso na prática continuava a ser desigual. Em Espanha, políticas complexas e, por vezes, contraditórias em matéria de autorizações de residência e de trabalho deixaram um número considerável de pessoas sem situação regularizada, impedindo a sua plena participação social e económica. Estas barreiras não são primordialmente pedagógicas; são administrativas e jurídicas, mas têm consequências diretas na aprendizagem da língua e na integração.

A escassez de professores e a formação limitada em pedagogia intercultural condicionam a capacidade do sistema formal para responder à diversidade linguística e cultural. Na Grécia, a formação contínua em pedagogia intercultural manteve-se facultativa e desigual. Em Portugal, a Recomendação n.º 5/2026 do CNE preconizou o alargamento do PLNM a todos os alunos que

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

dele necessitem, evitando números mínimos rígidos por turma, o reforço dos recursos humanos e da formação de professores e a revisão das regras de acesso ao ensino superior para alunos chegados tardiamente. Em Itália, as recomendações do piloto incluíram o reforço da formação inicial dos mentores e a disponibilização de materiais pedagógicos prontos a utilizar, refletindo lacunas mais amplas na capacidade do sistema para apoiar alunos de origem estrangeira recém-chegados e residentes de longa data.

A oferta não formal colmata lacunas críticas, mas é baseada em projetos e limitada no tempo. Em vários países, as ONG e as organizações da sociedade civil asseguraram grande parte do apoio linguístico quotidiano que a administração pública não prestava. Na Grécia, a oferta não formal das ONG e da sociedade civil, frequentemente financiada pelo AMIF, pelo Erasmus+ ou por programas nacionais, colmatava lacunas críticas, mas era baseada em projetos, limitada no tempo e raramente integrada no sistema formal. Em Espanha, as organizações da sociedade civil intervieram para preencher esse vazio, com programas como *Rossinyol*, *Entandem* e *Urretxindorra* a responderem diretamente às lacunas da oferta generalista. Em Portugal, o programa nacional de voluntariado *Mentores para Migrantes* e os planos de acolhimento escolar que recorrem a colegas de turma como mentores informais eram reconhecidos nas políticas, mas nenhum deles atribuía um lugar definido a uma mentoria linguística estruturada e coordenada, assegurada por estudantes do ensino superior com formação e dirigida a adolescentes migrantes.

Em conjunto, estas lacunas apontam para um desafio estrutural partilhado: os sistemas formais de ensino, por mais bem-intencionados que sejam, não estão concebidos para proporcionar a prática linguística regular, informal e assente na relação, nem a ligação social de que as crianças e jovens migrantes necessitam para passarem do conhecimento de uma língua à sua utilização confiante no quotidiano. É neste espaço que o Modelo Language Buddy atua.

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

3. O Modelo Language Buddy nos Vários Países

3.1. Modelo Nuclear e Elementos Comuns de Conceção

O Modelo Language Buddy foi implementado em oito países europeus no âmbito de um único projeto financiado pelo AMIF, sendo cada piloto nacional coordenado por parcerias diferentes e adaptado aos contextos locais. Apesar destas diferenças, todos os pilotos partilharam um núcleo metodológico comum, decorrente do Modelo Language Buddy desenvolvido no âmbito do projeto.

Todos os pilotos foram concebidos como intervenções complementares e não formais, e não como substitutos do ensino formal da língua ou de serviços especializados. O modelo foi explicitamente posicionado como uma ponte entre a aprendizagem formal da língua e a participação comunicativa no quotidiano. Este posicionamento foi coerente em todos os relatórios nacionais, embora a relação precisa entre o piloto e a oferta formal variasse em função do sistema educativo nacional e da disponibilidade de cursos de língua acreditados.

Todos os pilotos recrutaram e formaram mentores voluntários, sobretudo estudantes do ensino superior, embora alguns tenham também recorrido a voluntários da comunidade. O recrutamento de mentores foi organizado através de universidades, ONG, plataformas de voluntariado ou de uma combinação destes canais. Antes de iniciarem o processo de mentoria, os mentores concluíram uma formação inicial sobre o Modelo Language Buddy, a sensibilidade intercultural, a inclusão, a comunicação, a salvaguarda e os limites do papel de mentor. O conteúdo e a duração da formação variaram entre países, mas as componentes nucleares foram coerentes.

Todos os pilotos utilizaram um processo de emparelhamento personalizado, com base em informação recolhida previamente sobre a proficiência linguística, as línguas faladas, os interesses, a disponibilidade e as circunstâncias individuais. Vários pilotos realizaram entrevistas a mentores e mentorandos antes do emparelhamento, e alguns mantiveram uma bolsa de mentores de reserva para permitir o reemparelhamento sempre que os pares iniciais não funcionassem como esperado. O processo de emparelhamento foi descrito de forma consistente como indo além da simples disponibilidade, de modo a considerar a compatibilidade e os pontos em comum.

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

Todos os pilotos combinaram a mentoria individual com atividades de grupo complementares. O equilíbrio entre os formatos individual e de grupo variou: a Áustria, por exemplo, deu grande ênfase a coortes de grupo estruturadas, enquanto a Grécia e Portugal recorreram predominantemente a sessões individuais online, com um pequeno número de encontros de grupo. As atividades de grupo serviram múltiplos propósitos: fortalecimento do espírito de grupo, redução da incerteza inicial, criação de um sentido de comunidade e oferta de oportunidades adicionais de baixa pressão para utilizar a língua.

Todos os pilotos asseguraram coordenação e supervisão contínuas por parte de uma equipa de coordenação. A coordenação abrangeu o emparelhamento, o apoio aos mentores, a salvaguarda, a monitorização, a resolução de problemas e a comunicação com os mentorandos, as famílias e as instituições parceiras. Em vários pilotos, a coordenação incluiu também a organização de sessões de grupo, a adaptação dos processos de monitorização e a gestão do reemparelhamento. Os relatórios nacionais identificaram de forma consistente a coordenação como um pilar estrutural do modelo, e não como um encargo administrativo.

Todos os pilotos recolheram o feedback dos participantes através de avaliações pós-sessão e finais, preenchidas tanto por mentores como por mentorandos. Os instrumentos específicos, as escalas de resposta e o calendário da recolha de dados variaram, e alguns pilotos adaptaram os respetivos processos de monitorização durante a implementação —por exemplo, passando de avaliações sessão a sessão para avaliações mensais—, mas o compromisso com um feedback sistemático foi comum a todos.

Por último, todos os pilotos deram ênfase à aprendizagem recíproca e ao intercâmbio intercultural. A mentoria foi enquadrada não como uma transmissão unidirecional de língua e cultura, mas como um encontro entre iguais com diferentes áreas de competência. Esperava-se que os mentores aprendessem com os mentorandos sobre as suas línguas, culturas e experiências, e os relatórios nacionais documentaram que os mentores reportaram de forma consistente um desenvolvimento pessoal e profissional ao nível da comunicação, da empatia, da paciência e da competência intercultural.

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

1.1. Adaptações Nacionais e Síntese dos Dados dos Pilotos

Os pilotos nacionais variaram consideravelmente quanto à dimensão, aos modelos de coordenação, à duração, às modalidades de realização e aos métodos de recolha de dados, o que limita a comparabilidade direta. O quadro seguinte apresenta as principais características de cada implementação nacional, a par dos principais indicadores quantitativos reportados.

País	Coordenação	Duração	Modalidade de Realização	Pares	Sessões
Áustria	BildungsLAB	10 meses (nov. 2025 – ago. 2026)	Combinação de sessões de grupo estruturadas e sessões individuais em subgrupos (breakout); sobretudo presencial, num local fixo	53	721
Bulgária	University of National and World Economy (UNWE) com Multi Kulti Collective	8 meses (mar. – out. 2026)	Combinação de sessões presenciais e online; maioria das sessões presenciais	50	127
Grécia	PDE, UoM (University of Macedonia) e Symplexis	7 meses (dez. 2025 – jun. 2026)	Predominantemente online (99,49% das sessões); 2 sessões de grupo presenciais	50	589
Itália	ONG COSPE e University of Florence	6 meses (fev. – jul. 2026)	Uma sessão por semana, combinando mentoria individual	49	392

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

			com duas sessões de grupo estruturadas		
Malta	SOS Malta e Advenio eAcademy	10 meses (out. 2025 – jul. 2026)	Predominantemente online; presencial e híbrido quando necessário	17	202
Portugal	Casa do Professor (CDP) e Universidade Católica Portuguesa (UCP, Braga)	4 meses (mar. – jun. 2026)	Predominantemente a distância, complementada por três sessões de grupo e um Infoday	50	813
Roménia	Migrant Integration Center Brasov e Transilvania University of Brasov	6 meses (jan. – jun. 2026)	Flexível: presencial ou online; oficinas de pintura em grupo e uma visita cultural complementaram a mentoria individual	52	397
Espanha	Peñascal Koop. e EHU (University of the Basque Country)	6 meses (nov. 2025 – abr. 2026)	Mentoria individual apoiada por três sessões de grupo	53	669

O quadro ilustra a diversidade de adaptações nos oito pilotos. A duração variou entre aproximadamente quatro e dez meses, tendo a maioria dos pilotos decorrido entre seis e sete meses. A coordenação variou entre parcerias sediadas em universidades com organizações comunitárias e coordenação liderada por ONG com o envolvimento de escolas e centros de acolhimento. A modalidade de realização variou entre predominantemente online e sobretudo presencial num local fixo, tendo a maioria dos pilotos combinado formatos individuais e de grupo e oferecido flexibilidade entre sessões online e presenciais.

Importa salientar que estes valores não são diretamente comparáveis. O número de pares, sessões e horas variou em função da situação de cada país, incluindo a disponibilidade dos

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

participantes, a duração do programa, as limitações de calendário e o equilíbrio entre formatos individuais e de grupo. Os valores aqui apresentados devem, por conseguinte, ser lidos como indicativos da escala de implementação de cada piloto nacional, e não como base para uma comparação direta entre países.

1.2. Evidências Transversais de Impacto

Apesar das diferenças de escala, de duração e de métodos de avaliação, os pilotos nacionais reportaram resultados notavelmente coerentes. As evidências podem ser agrupadas em quatro tipos de resultados, sendo a robustez das evidências classificada como sólida, promissora ou episódica.

As evidências de melhoria linguística percecionada são sólidas. Em todos os pilotos, mentorandos e mentores reportaram progressos visíveis na expressão oral, na compreensão oral, na leitura, na escrita e na compreensão. Na Grécia, 82,2% das avaliações de sessão dos mentorandos e 83% das dos mentores declararam os objetivos totalmente alcançados. Em Espanha, 69,2% dos mentorandos e 53,1% dos mentores reportaram uma melhoria significativa, não tendo nenhum participante reportado ausência de melhoria. Em Portugal, todos os mentorandos reportaram alguma melhoria (55,6% significativa, 44,4% moderada). Na Bulgária, 95,5% dos mentores reportaram progressos moderados ou significativos. Na Áustria, 97,5% dos mentores observaram uma melhoria clara ou significativa. Em Malta, todos os mentores que preencheram a avaliação final observaram progressos notáveis. Em Itália e na Roménia, os mentorandos reportaram ganhos no vocabulário, na comunicação oral, na confiança e na compreensão das disciplinas escolares. Contudo, nenhum piloto incluiu avaliações padronizadas da proficiência linguística antes e depois da intervenção, pelo que estes resultados refletem as perceções dos participantes, e não ganhos de aprendizagem medidos de forma independente. As evidências de melhoria percecionada são sólidas; as evidências de ganhos medidos objetivamente são, atualmente, inexistentes.

As evidências de melhoria da confiança, da autoestima e do bem-estar emocional são sólidas. Em todos os pilotos, os mentorandos reportaram maior confiança ao falar a língua do país de acolhimento, menor receio de cometer erros, maior autonomia e um sentimento mais forte de se sentirem apoiados. Na Grécia, os mentorandos reportaram maior confiança, menor receio de falar grego e uma melhor compreensão da sociedade e da cultura gregas. Na Áustria, os

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

mentorandos descreveram ter-se tornado mais confiantes, menos receosos de errar e mais capazes de se exprimirem. Em Espanha, Portugal, Malta, Bulgária, Itália e Roménia, foram reportadas melhorias semelhantes ao nível da confiança, da comunicação e das competências sociais.

As evidências de integração social são promissoras. Nos vários pilotos, os mentorandos reportaram novas amizades, maior abertura e um sentimento mais forte de ligação à comunidade de acolhimento. Na Áustria, 73,2% dos mentorandos descreveram o vínculo como muito próximo e positivo, enquanto 22,0% o consideraram adequado e sem problemas. Na Grécia, uma esmagadora maioria dos mentorandos classificou o vínculo como muito próximo e positivo. Em Portugal, nenhum mentorando descreveu a relação como fraca ou problemática. Em Espanha, as relações foram descritas como muito próximas e positivas por 69,4% dos mentores e 78,8% dos mentorandos. Em Malta, 66,7% dos mentores descreveram a relação como muito próxima e positiva, face a 40% dos mentorandos. Em Itália, 100% dos mentorandos classificaram a relação como muito positiva ou adequada. Na Bulgária, 95,4% dos mentores descreveram a relação como muito próxima e positiva ou boa. As evidências são promissoras, e não sólidas, porque assentam sobretudo na qualidade da relação autorreportada e porque os pilotos não incluíram medidas padronizadas de ligação social ou de sentimento de pertença.

As evidências relativas aos percursos de educação e de empregabilidade são episódicas. Embora vários pilotos tenham reportado que os mentorandos solicitaram apoio para atividades escolares, conselhos sobre a vida social e orientação sobre outras oportunidades de aprendizagem, e embora alguns mentorandos tenham abordado situações relacionadas com a escola, a aprendizagem profissional e o trabalho, nenhum piloto incluiu um acompanhamento sistemático dos resultados em matéria de educação ou de emprego. Na Grécia, o sucesso podia também ser aferido pelo facto de os mentorandos solicitarem apoio para atividades escolares ou orientação profissional. Na Áustria, os mentorandos abordaram frequentemente situações relacionadas com a escola, a aprendizagem profissional e o trabalho. Em Portugal, o piloto reforçou a cooperação entre uma ONG da área da educação, uma universidade e instituições de ensino superior. Em Espanha, os mentores reportaram melhores competências pedagógicas e uma melhor compreensão dos desafios educativos dos alunos migrantes. Em Itália, os mentorandos reportaram ganhos na compreensão das disciplinas escolares. Na Roménia, o

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

piloto articulou o envolvimento universitário com competências especializadas em integração de base comunitária. Contudo, estes relatos são isolados e não constituem evidência sistemática. Os relatórios nacionais recomendam de forma consistente uma avaliação longitudinal para aferir os resultados de longo prazo em matéria de integração, educação e emprego, que atualmente não existe.

Em síntese, as evidências transversais de impacto são mais fortes no que respeita à melhoria linguística percecionada e ao bem-estar psicossocial, promissoras quanto à integração social e episódicas quanto aos percursos de educação e de empregabilidade. Em todos os tipos de resultados, as conclusões são coerentes e positivas, mas a base de evidências seria reforçada por avaliações padronizadas antes e depois da intervenção, indicadores harmonizados entre países e acompanhamento longitudinal. Estas limitações constituem, em si mesmas, uma conclusão importante da consolidação e fundamentam as recomendações políticas que se seguem.

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

2. Lições Aprendidas e Fatores Facilitadores

Esta secção estabelece a ligação entre as evidências apresentadas e as recomendações que se seguem. Identifica o que contribuiu para o funcionamento dos pilotos e o que os dificultou, com base na experiência de implementação nos oito países.

O enquadramento institucional proporcionou estabilidade e acesso. Os pilotos mais bem-sucedidos foram sediados ou cossediados em instituições com relações consolidadas com a comunidade. A parceria da Áustria com uma organização não governamental de EFP proporcionou acesso a mentorandos, salas e um local estável. A parceria ONG–universidade de Portugal combinou a proximidade às escolas com a mobilização académica. A parceria de três organizações da Grécia combinou competências regionais na área da educação, gestão de projetos europeus e rigor académico. A parceria cooperativa social–universidade de Espanha combinou o envolvimento com a capacidade de avaliação. A parceria da Roménia combinou competências especializadas em integração de migrantes com o acesso a estudantes mentores. Em cada caso, o enquadramento institucional proporcionou continuidade, credibilidade e infraestruturas que teriam sido difíceis de construir de raiz.

A formação dos voluntários foi um fator determinante da confiança e da qualidade. A formação inicial dos mentores foi consistentemente identificada como um fator de sucesso. A Bulgária concluiu que a formação em sensibilidade intercultural, inclusão, comunicação e limites do papel preparou eficazmente os mentores. Portugal concluiu que a formação inicial determinou a confiança dos mentores e a sua capacidade para gerir as dificuldades das primeiras sessões. A Grécia e Espanha identificaram ambas a formação inicial como um fator-chave de sucesso. Os elementos comuns foram a preparação para a comunicação intercultural, a clareza quanto ao papel de mentor e estratégias práticas para a construção de confiança.

O emparelhamento personalizado promoveu relações sólidas. Os pilotos que investiram num emparelhamento estruturado —entrevistas, definição de perfis, avaliação de interesses e disponibilidade— reportaram de forma consistente relações mais sólidas. A Grécia concluiu que o emparelhamento foi orientado por uma tentativa genuína de compreender cada participante enquanto indivíduo. A Roménia concluiu que a compatibilidade dependia da personalidade, dos interesses comuns, da idade, da disponibilidade e da motivação. Malta

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

afirmou que a personalidade, o estilo de comunicação, as expectativas, as necessidades linguísticas e a disponibilidade realista tinham todos de ser avaliados antes do início de uma relação. O tempo investido no emparelhamento reduz as desistências e melhora a qualidade da relação.

Os incentivos e o reconhecimento apoiaram o recrutamento e a permanência. Vários pilotos ofereceram ou recomendaram o reconhecimento formal dos mentores. A Bulgária recomendou a integração da mentoria em estágios, formação prática, voluntariado e unidades curriculares universitárias, com reconhecimento através de certificados, créditos ECTS ou microcredenciais. A Grécia recomendou a acreditação da formação de mentores através de microcredenciais ou ECTS. Portugal recomendou a atribuição de créditos académicos ou um reconhecimento equivalente do voluntariado. A Roménia recomendou a institucionalização da mentoria de base universitária enquanto envolvimento cívico ou aprendizagem-serviço. Malta recomendou o reconhecimento da formação de mentores através de mecanismos do ensino superior, sempre que as regras o permitam. Estes incentivos contribuíram para recrutar mentores, manter a motivação e sinalizar o valor do apoio linguístico não formal.

A estabilidade do financiamento permitiu a coordenação, a formação e a avaliação. Os pilotos com financiamento suficiente para a coordenação e a formação estiveram em melhores condições para manter a qualidade e responder aos desafios. A equipa de coordenação da Áustria foi classificada como excelente por 97,6% dos mentores; a da Grécia, por 100% num dos indicadores; a de Espanha, por 81,6% dos mentores e 88,5% dos mentorandos. A coordenação diária em Portugal evitou desistências e reativou pares inativos. A Roménia descreveu a coordenação ativa como uma característica distintiva. A estabilidade do financiamento —abrangendo a coordenação, a formação, a salvaguarda e a avaliação, e não apenas a realização das sessões— é uma condição prévia para a qualidade.

As atividades de grupo reforçaram o sentimento de pertença e a interação entre pares. Os pilotos que combinaram a mentoria individual com atividades de grupo concluíram que as sessões de grupo ajudaram a quebrar o gelo, a criar comunidade e a proporcionar oportunidades adicionais de baixa pressão para utilizar a língua. As coortes de grupo da Áustria proporcionaram comunidade e interação entre pares. As oficinas e a visita cultural da Roménia reforçaram o sentimento de pertença. O Infoday de Portugal permitiu reverter várias

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

desistências de mentores. As três sessões de grupo de Espanha centraram-se no fortalecimento do espírito de grupo, em atividades culturais e na avaliação partilhada. A Grécia realizou duas sessões de grupo dedicadas ao fortalecimento do espírito de grupo. As atividades de grupo não são um extra opcional, mas uma componente nuclear do modelo.

Contudo, os pilotos enfrentaram também barreiras significativas. **As questões relacionadas com o estatuto jurídico** criaram barreiras de acesso e incerteza. Malta reportou que os atrasos na documentação deixaram, por vezes, crianças migrantes impossibilitadas de se matricularem na escola ou de acederem ao polo de acolhimento escolar (induction hub) durante longos períodos. Espanha reportou que políticas complexas e contraditórias em matéria de autorizações de residência e de trabalho deixaram muitas pessoas sem situação regularizada, impedindo a plena participação social e económica. A Grécia reportou que, apesar do direito legal, o acesso na prática continuava a ser desigual. Estas barreiras são administrativas e jurídicas, mas têm consequências diretas na aprendizagem da língua e na integração.

Os transportes e a geografia limitaram a participação. Malta concluiu que a realização online reduziu as barreiras de deslocação para famílias que enfrentavam viagens superiores a uma hora e meia em cada sentido. A Grécia realizou 99,49% das sessões online, porque mentores e mentorandos se encontravam em diferentes partes do país. Portugal concluiu que a incompatibilidade de horários e o cansaço ao fim do dia foram as principais dificuldades, e que as sessões no tempo livre dos mentorandos eram percecionadas como injustas. A realização flexível, combinando formatos online e presenciais, é necessária para ultrapassar as barreiras geográficas e de transporte, mas o contacto presencial continua a ser importante para a confiança e a proximidade.

A exclusão digital afetou o acesso e a qualidade. Alguns mentorandos não dispunham de acesso fiável à internet ou de dispositivos. Alguns mentores consideraram os conteúdos online estruturados demasiado complexos ou morosos para sessões em direto. A Grécia concluiu que as atividades eram frequentemente demasiado básicas ou concebidas para contexto de sala de aula, e não para tutoria individual online. Em Portugal, 40% dos mentorandos consideraram os recursos «pouco úteis». Em Espanha e na Grécia, 44,9% dos mentores consideraram os recursos pedagógicos «pouco úteis». As ferramentas digitais devem ser simples, práticas e concebidas para a mentoria online, com alternativas onde a conectividade for limitada.

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

O tempo do pessoal e a capacidade de coordenação estiveram frequentemente sob pressão. Portugal descreveu a coordenação como contínua. Em Malta, verificou-se que apenas dezasseis mentores concluíram a formação e treze participaram, o que impediu a constituição de uma bolsa de reserva e limitou o emparelhamento com base na adequação. A Grécia identificou os cancelamentos de última hora e as faltas sem aviso como uma importante fonte de frustração. A Roménia concluiu que os conflitos de horários, a timidez, a reduzida capacidade de resposta e as barreiras linguísticas exigiram a intervenção dos coordenadores. A capacidade de coordenação deve ser financiada e dotada de recursos humanos a um nível que reflita as exigências reais do programa.

A sustentabilidade após o financiamento do piloto era incerta. A Áustria reportou que estava prevista a continuação de nove pares no outono de 2026 com a Ukrainian School of Vienna, demonstrando que a sustentabilidade se pode estender para além do período formal do projeto quando as parcerias locais são mantidas. Portugal recomendou a integração da mentoria nas estruturas regulares das universidades, das escolas e das parcerias locais. A Bulgária recomendou a ancoragem institucional através de estágios universitários, voluntariado e unidades curriculares. A Roménia recomendou a continuidade da participação através de atividades de antigos participantes (alumni) e de futuros ciclos de mentoria. A sustentabilidade depende da ancoragem institucional, e não apenas do financiamento de projetos.

Os requisitos de monitorização e avaliação revelaram-se, por vezes, onerosos. A Áustria considerou difícil o feedback sessão a sessão e passou para uma recolha mensal. Portugal concluiu que o emparelhamento tardio e os calendários comprimidos afetaram mais de metade dos pares. A recolha de dados deve manter-se proporcionada e flexível, para não sobrecarregar os participantes.

Em conjunto, estas lições apontam para condições que os decisores políticos e os responsáveis pela conceção de programas devem ter em conta. O enquadramento institucional é importante, porque os programas integrados em instituições beneficiam de estabilidade, acesso e credibilidade. A coordenação deve ser financiada como custo essencial, porque torna possíveis o emparelhamento, a formação, a supervisão, a salvaguarda e o reemparelhamento. O emparelhamento exige tempo e estrutura, porque o emparelhamento personalizado

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

melhora a qualidade da relação e reduz as desistências, e uma bolsa de reserva permite o reemparelhamento. Os incentivos e o reconhecimento apoiam o recrutamento e a permanência, porque o reconhecimento formal sinaliza o valor da mentoria e sustenta a bolsa de mentores. A realização flexível é necessária, mas o contacto presencial é insubstituível, porque a realização online ultrapassa a distância geográfica, ao passo que a interação presencial constrói confiança. As atividades de grupo reforçam o sentimento de pertença, porque proporcionam oportunidades adicionais de utilização da língua e de interação entre pares. A sustentabilidade exige ancoragem institucional, porque os programas devem ser integrados em estruturas regulares, para que as atividades nucleares prossigam para além dos ciclos dos projetos. E a monitorização deve ser proporcionada, porque a recolha de dados deve apoiar a aprendizagem sem sobrecarregar os participantes, tendo os pontos de situação mensais, as avaliações em momentos-chave e os questionários finais demonstrado ser mais sustentáveis do que o registo sessão a sessão. Estas implicações são desenvolvidas nas recomendações políticas que se seguem.

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

3. Recomendações Políticas Gerais

3.1. Partes Interessadas Visadas

As recomendações dirigem-se a um mapa consolidado de partes interessadas. A nível da UE: a DG HOME, a DG EAC, a DG EMPL, o Parlamento Europeu e as autoridades de gestão do AMIF, do ESF+ e do Erasmus+. A nível nacional: os ministérios responsáveis pela educação, migração, integração, juventude, emprego e inclusão social, bem como as agências nacionais para a integração e o asilo. A nível regional e local: as direções regionais de educação, os municípios, os órgãos de poder local e os serviços distritais de assistência social e de proteção de crianças. As instituições de ensino incluem universidades, instituições de ensino superior, escolas, centros de EFP e serviços de aprendizagem ao longo da vida. As organizações da sociedade civil e as entidades executoras incluem ONG, organizações lideradas por migrantes, centros de acolhimento, serviços de juventude e associações comunitárias. Os financiadores incluem programas da UE, entidades financiadoras nacionais e regionais, municípios e fundações privadas. Os empregadores e as associações de empregadores são relevantes nos casos em que a mentoria se articula com a aprendizagem profissional, a formação profissional e os percursos de emprego. As organizações que representam comunidades de pessoas de origem estrangeira e cidadãos da UE desempenham um papel no trabalho de proximidade, na construção de confiança e na mediação cultural. Os voluntários, incluindo estudantes universitários e membros da comunidade, são simultaneamente participantes e embaixadores do modelo.

3.2. Recomendações para os Governos Nacionais

Os governos nacionais devem integrar a mentoria linguística estruturada entre pares nas estratégias nacionais de integração e de educação, enquanto medida complementar da oferta formal de ensino da língua. Devem criar linhas de financiamento específicas que abranjam a coordenação, a formação, a salvaguarda e a avaliação enquanto custos essenciais, e não apenas a realização direta das sessões. Devem reconhecer a formação e a participação dos mentores através de créditos ECTS, microcredenciais, reconhecimento no âmbito da aprendizagem-serviço ou certificados de voluntariado. Devem abordar o estatuto jurídico dos participantes enquanto barreira ao acesso, assegurando que o estatuto jurídico não impede crianças e jovens de acederem à educação, ao apoio linguístico e aos programas de mentoria. Devem apoiar programas com duração suficiente, idealmente de 9 a 12 meses, e alinhar os

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

ciclos de mentoria com o calendário escolar, de modo que o emparelhamento ocorra no primeiro período letivo.

3.3. Recomendações para as Autoridades Regionais e Locais

As autoridades regionais e locais devem criar uma infraestrutura de emparelhamento que ligue mentores e mentorandos entre escolas, universidades e organizações comunitárias, com circuitos de encaminhamento claros e responsabilidade partilhada pelo apoio aos participantes. Devem articular-se com as escolas e os municípios para integrar a mentoria nas estruturas educativas e de integração existentes, incluindo a formalização do papel do professor intermediário e de mecanismos de cooperação estruturada. Devem disponibilizar ou facilitar o acesso a espaços de encontro adequados para a mentoria presencial e as atividades de grupo, disponibilizando espaços comunitários, culturais, desportivos e educativos. Devem promover um recrutamento inclusivo, para que a bolsa de mentores e mentorandos reflita a diversidade da população local, incluindo um recrutamento direcionado para corrigir o desequilíbrio de género.

3.4. Recomendações para as Instituições de Ensino

As instituições de ensino devem sediar programas de mentoria e integrá-los em estruturas existentes, como estágios, formação prática, programas de voluntariado e unidades curriculares universitárias relevantes, com reconhecimento académico ou cívico formal, quando adequado. Devem assegurar formação inicial e contínua aos mentores, abrangendo a competência intercultural, a comunicação adaptativa, a salvaguarda, a prática informada pelo trauma, os limites e os procedimentos de encaminhamento, esclarecendo que os mentores não substituem professores nem profissionais especializados. Devem cocriar com mentores e mentorandos recursos práticos de mentoria, com orientações distintas para diferentes línguas, níveis de proficiência e modalidades de realização, e simplificar os recursos de e-learning, convertendo-os em atividades curtas, práticas e prontas a utilizar. Devem reconhecer e apoiar o papel do professor intermediário nas escolas, promover a aprendizagem recíproca e enquadrar a integração como um processo bidirecional, e não como assimilação cultural.

3.5. Recomendações para a Sociedade Civil e as Entidades Executoras

As organizações da sociedade civil e as entidades executoras devem manter uma sólida capacidade de coordenação, incluindo pessoal dedicado ao emparelhamento, à supervisão, à

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

salvaguarda, ao reemparelhamento e à comunicação com as famílias, e preservar o modelo de dupla coordenação entre uma ONG e uma universidade como característica estrutural. Devem implementar procedimentos de garantia da qualidade e de salvaguarda como requisitos estruturais, incluindo procedimentos claros de consentimento, proteção de crianças e comunicação para participantes com menos de 18 anos, com o envolvimento dos pais ou encarregados de educação, sempre que necessário. Devem tratar o reemparelhamento como um mecanismo habitual de permanência, e não como um fracasso do programa, com procedimentos claros e contactos proativos de acompanhamento junto dos mentorandos que revelem menor envolvimento. Devem envolver adequadamente os pais e as escolas no caso de menores e criar circuitos de encaminhamento e de parceria com escolas, instituições de ensino superior, serviços de aprendizagem ao longo da vida, órgãos de poder local e ONG relevantes. Devem combinar a mentoria individual com atividades regulares de grupo e comunitárias, incluindo um Infoday de abertura, um evento presencial a meio do programa e uma sessão de reativação.

3.6. Recomendações para os Financiadores

Os financiadores devem assegurar ciclos de financiamento plurianuais ou suficientemente longos, que abranjam a coordenação, a formação de mentores, as atividades não formais, a salvaguarda, a acessibilidade e a avaliação, e não apenas a realização direta das sessões. Devem exigir normas mínimas de salvaguarda, proteção de dados, emparelhamento, formação, supervisão, reclamações, encaminhamento e avaliação nos programas de mentoria financiados. Devem apoiar o desenvolvimento, o teste e a partilha aberta de recursos de mentoria específicos de cada país, incluindo materiais para diferentes línguas e orientação prática para a vida quotidiana, com licenças abertas e um repositório central. Devem financiar a avaliação longitudinal, idealmente incluindo um acompanhamento 6 a 12 meses após a participação, para aferir a utilização duradoura da língua, o envolvimento na educação e no emprego, a ligação social e o sentimento de pertença. Devem apoiar a expansão nos locais onde os alunos migrantes estão mais concentrados e a adaptação a novos perfis linguísticos. Devem reconhecer a mentoria linguística entre pares como medida elegível e baseada em evidências no âmbito do financiamento da UE para a integração, incluindo o AMIF, o ESF+ e o Erasmus+, e apoiar o intercâmbio de modelos nacionais entre países.

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

3.7. Recomendações Transversais

- As ferramentas digitais devem ser simples, práticas e concebidas para as realidades da mentoria, incluindo fichas de atividades curtas, temas do quotidiano pesquisáveis, propostas de conversação prontas a utilizar, atividades para diferentes níveis de proficiência e formatos imprimíveis ou adaptados a dispositivos móveis; os materiais destinados aos mentorandos devem ser mais simples e centrados nos jovens, não devendo as sessões depender de uma plataforma.
- Deve ser introduzido um quadro comum de monitorização e avaliação que combine dados de participação, o feedback de mentores e mentorandos, evidências qualitativas e, sempre que possível, indicadores objetivos do desenvolvimento linguístico, com indicadores harmonizados para comparação entre países e uma base de referência para o acompanhamento longitudinal.
- A sensibilidade às questões de género e de vulnerabilidade deve ser integrada no recrutamento, no emparelhamento e na conceção do programa, incluindo um recrutamento direcionado para corrigir o desequilíbrio de género, a consideração da personalidade, dos interesses comuns, da idade, da disponibilidade, da motivação e da preferência de género manifestada, bem como uma melhor avaliação do estado psicológico e da verdadeira motivação dos mentorandos.
- A participação deve ser voluntária e baseada no consentimento informado, com expectativas claras definidas desde o início através de uma sessão introdutória estruturada ou «Sessão 0», que clarifique os objetivos, os papéis, as expectativas, as ferramentas, a frequência, as regras de comunicação, a salvaguarda, o papel dos pais ou encarregados de educação e o que fazer quando um par não está a funcionar.
- Os responsáveis pela conceção e os coordenadores de programas devem equilibrar a fidelidade ao modelo com a adaptação local, preservando o modelo de dupla coordenação entre uma ONG e uma universidade como característica estrutural e formalizando mecanismos de cooperação estruturada entre os coordenadores da mentoria e as escolas.
- Os participantes devem ser tratados como cocriadores e embaixadores do modelo, com o envolvimento dos mentores na revisão dos recursos, a experiência prática a informar o desenvolvimento futuro de recursos e vias para a continuidade da participação.

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

4. Conclusões

O Modelo Language Buddy foi testado em oito países europeus —Malta, Áustria, Bulgária, Grécia, Itália, Portugal, Espanha e Roménia— no âmbito de um único projeto financiado pelo AMIF. Em contextos migratórios, sistemas educativos e enquadramentos institucionais muito diferentes, os pilotos produziram um retrato notavelmente coerente: a mentoria linguística estruturada e assente na relação pode complementar eficazmente a oferta formal de ensino da língua, chegando às crianças e jovens migrantes no espaço entre o ensino em sala de aula e a participação no quotidiano.

A base de evidências é substancial. No seu conjunto, os pilotos envolveram centenas de mentores e mentorandos, realizaram milhares de sessões de mentoria e milhares de horas de mentoria direta e geraram um conjunto rico de feedback quantitativo e qualitativo. A satisfação foi consistentemente elevada, as relações entre mentores e mentorandos foram descritas de forma esmagadoramente positiva e proporções quase unânimes de participantes afirmaram que recomendariam o programa. Os mentorandos reportaram melhorias na confiança linguística, nas competências de expressão e compreensão oral, na ligação social e na autonomia. Os mentores reportaram um desenvolvimento pessoal e profissional significativo ao nível da comunicação, da empatia, da paciência e da competência intercultural. O modelo funcionou como uma experiência de aprendizagem bidirecional, e não como uma transferência unidirecional de conhecimento.

Simultaneamente, os pilotos estavam conscientes das suas limitações. Nenhum piloto incluiu avaliações padronizadas da proficiência linguística antes e depois da intervenção, o que significa que os resultados linguísticos reportados refletem as perceções dos participantes, e não ganhos de aprendizagem medidos de forma independente. As taxas de resposta variaram, os instrumentos de avaliação não foram totalmente harmonizados e os pilotos diferiram substancialmente em escala, duração e perfis dos participantes. Estas limitações não comprometem o valor das conclusões, mas significam que as evidências devem ser lidas como fortes indicações de benefício percecionado e de aceitabilidade, e não como medidas definitivas de impacto. Esta é, em si mesma, uma lição importante: os futuros programas devem incorporar indicadores harmonizados, medidas alinhadas com o QECR, sempre que

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

possível, e acompanhamento longitudinal, para que o contributo do modelo possa ser avaliado com maior rigor.

A experiência de implementação foi igualmente coerente. A coordenação revelou-se um pilar estrutural do sucesso em todos os pilotos, tendo sido consistentemente bem avaliada por mentores e mentorandos. O emparelhamento teve de ir além da disponibilidade e do nível linguístico, tendo em conta a personalidade, os interesses, as expectativas e as circunstâncias individuais. A permanência e a continuidade foram os principais desafios operacionais, estando as desistências associadas a compromissos laborais ou académicos, a emparelhamentos inadequados, à indisponibilidade dos mentores e a circunstâncias pessoais. O reemparelhamento deve ser tratado como um mecanismo normal de permanência, e não como um fracasso do programa. A realização flexível foi necessária para ultrapassar as barreiras geográficas e de transporte, mas o contacto presencial manteve-se insubstituível para a construção de confiança e de proximidade. As atividades de grupo reforçaram o sentimento de pertença e a interação entre pares. Os recursos de aprendizagem tiveram de ser práticos, adaptáveis e cocriados com os mentores. A salvaguarda teve de constituir um requisito estrutural, e não um acréscimo administrativo, e a ancoragem institucional —através de universidades, ONG, escolas e parcerias locais— foi essencial para a sustentabilidade para além do financiamento dos projetos.

Estes resultados apontam para uma conclusão política clara. A integração linguística não se alcança apenas através do ensino formal. As crianças e jovens migrantes necessitam também de oportunidades seguras e repetidas para falar, interagir, estabelecer relações e lidar com a vida quotidiana juntamente com membros da comunidade de acolhimento. O Modelo Language Buddy proporciona essa ponte relacional. O seu valor acrescentado não reside em substituir o ensino formal, o ensino de línguas por profissionais ou os serviços especializados, mas em complementá-los através de relações de mentoria duradouras, nas quais a prática da língua está integrada em situações sociais reais.

Para que o modelo possa ser alargado e sustentado, é necessário cumprir várias condições. A mentoria linguística estruturada entre pares deve ser reconhecida nos quadros nacionais de integração e de educação enquanto medida complementar, com circuitos de encaminhamento claros e ligações às políticas de apoio linguístico existentes. O financiamento deve ser

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

plurianual e abranger a coordenação, a formação, a salvaguarda e a avaliação enquanto custos essenciais, e não apenas a realização direta das sessões. A formação e a participação dos mentores devem ser formalmente reconhecidas através de mecanismos como créditos ECTS, microcredenciais, reconhecimento no âmbito da aprendizagem-serviço ou certificados de voluntariado. Os programas devem ter uma duração suficiente, idealmente de 9 a 12 meses, para permitir o desenvolvimento da confiança e de progressos significativos. A realização deve ser flexível, combinando formatos online e presenciais, mentoria individual e atividades de grupo, e apoio individualizado e eventos interculturais de base comunitária. Deve ser introduzido um quadro comum de monitorização e avaliação que combine dados de participação, o feedback dos participantes, evidências qualitativas e, sempre que possível, indicadores objetivos do desenvolvimento linguístico, com acompanhamento 6 a 12 meses após a participação.

Os pilotos demonstraram também que a sustentabilidade depende da ancoragem institucional, e não apenas da continuidade do financiamento de projetos. As universidades podem integrar a mentoria em estágios, formação prática, voluntariado e unidades curriculares relevantes. As escolas podem assegurar a ligação ao contexto educativo e designar professores como pontos focais. Os municípios e as organizações da sociedade civil podem apoiar o trabalho de proximidade, a coordenação local e o acesso às famílias e às comunidades. As autoridades locais e regionais podem criar infraestruturas de emparelhamento, articular-se com as escolas e disponibilizar espaços de encontro adequados. Os governos nacionais podem integrar a mentoria nas estratégias de integração, criar linhas de financiamento e dar resposta às barreiras associadas ao estatuto jurídico. Os intervenientes ao nível da UE podem reconhecer a mentoria linguística entre pares como medida elegível e baseada em evidências no âmbito do AMIF, do ESF+ e do Erasmus+, e apoiar o intercâmbio de modelos nacionais e o desenvolvimento de recursos com licença aberta.

A mensagem central desta consolidação é que o Modelo Language Buddy funciona melhor quando a língua é encarada não apenas como algo a aprender, mas como algo a utilizar no âmbito de relações humanas significativas. Em oito países, os pilotos mostraram que o contacto regular, a confiança, a flexibilidade e a relevância para o quotidiano podem ajudar jovens migrantes a passar do conhecimento teórico de uma língua a uma confiança suficiente para a utilizarem na prática. As evidências são fortes, a procura é clara e as recomendações são

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia

exequíveis. Falta a vontade de agir —de ultrapassar respostas de curto prazo baseadas em projetos e de construir o apoio estrutural que permitirá à mentoria linguística assente na relação tornar-se parte sustentável dos ecossistemas de integração e de educação da Europa.

O próximo passo não consiste simplesmente em repetir o piloto, mas em utilizar as suas lições para tornar a futura mentoria linguística mais acessível, prática e sustentável, para que mais crianças e jovens migrantes possam encontrar, numa relação de confiança, a segurança necessária para falar, participar e pertencer.

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidas como responsáveis por essas opiniões. Convenção de Subvenção n.º 101141117

Cofinanciado pela União Europeia